

DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v27i49.20192>

**Por uma História com as mulheres indígenas:
possibilidades para a historiografia da ditadura militar
pela perspectiva decolonial**

For a History with Indigenous Women: Possibilities for
the Historiography of the Military Dictatorship from a
Decolonial Perspective

Por una Historia con las Mujeres Indígenas:
Posibilidades para la Historiografía de la Dictadura
Militar desde la Perspectiva Decolonial

Claudia Regina Nichnig

Doutora em Ciência Humanas (UFSC)

Doutora em História (UDESC)

Professora da UNESPAR

professoraclaudianichnig@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>

Cyntia Simioni França

Doutora em Educação (UNICAMP)

Professora da UNESPAR

cyntiasimioni@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1812-3696>

Resumo

Este artigo busca refletir sobre o silenciamento das narrativas de mulheres, negros e indígenas no Brasil, no campo historiográfico e educacional, e a importância de caminharmos na construção de uma história a contrapelo (Benjamin, 1985) das tendências hegemônicas. É preciso que a historiografia incorpore as memórias e narrativas de diferentes temporalidades dos povos e sujeitos que sofreram o processo de colonização, exploração e subalternização pelo viés de abordagens anticoloniais, decoloniais e pós-coloniais para trazer à tona vozes que não tiveram espaço de escuta e possibilidades de contar a sua história. Essas abordagens críticas proporcionam uma visão plural da História, em que os sujeitos, ao narrarem suas trajetórias de vida, apresentam novos olhares e perspectivas outras, pois trazem consigo suas experiências vividas e subjetividades, marcadas muitas vezes, pela violência do jugo colonial, mas também por uma forte experiência de quem precisa lutar diariamente pela própria existência e (re)existência. Neste artigo, focamos especialmente na necessidade de uma escuta sensível e partilhas de narrativas com mulheres indígenas, para compreendermos as desigualdades sociais e as relações de poder que impactam seu modo de existir. Argumentamos, ainda, que a visibilidade de suas histórias pode contribuir para outras compreensões da ditadura militar, permitindo uma visão mais plural e diversa desse período marcado por violências de várias naturezas e por traumas coletivos. Consideramos, por fim, a contribuição do giro decolonial para a ampliação das visões no ato de ensinar e aprender sobre as diferentes culturas subalternizadas que estiveram presentes em vários momentos de lutas em nosso país.

Palavras-chave: Ensino de História; Mulheres Indígenas; Ensino de História; Decolonialidade.

Abstract

This article seeks to reflect on the silencing of the narratives of women, blacks and indigenous people in Brazil in the field of historiography and education and the importance of moving towards the construction of a history against the grain (Benjamin, 1985) of hegemonic tendencies. Historiography needs to incorporate the memories and narratives of different temporalities of the peoples and subjects who suffered the process of colonization, exploitation and subalternization through anti-colonial, decolonial and post-colonial approaches in order to bring to light voices that have not had the space to be heard and the possibilities to tell their story. These critical approaches provide a plural view of history, in which the subjects, in narrating their life stories, present new perspectives, because they bring with them their lived experiences and subjectivities, often marked by the violence of the colonial yoke, but also by the strong experience of those who have to fight daily for their own existence and (re)existence. In this article, we focus in particular on the need for sensitive listening and sharing narratives with indigenous women in order to understand the social inequalities and power relations that impact on their way of existing. We also argue that the visibility of their stories can contribute to other understandings of the military dictatorship, allowing for a more plural and diverse view of this period marked by violence of various kinds and collective trauma. Finally, we consider the

contribution of the decolonial turn to broadening visions in the act of teaching and learning about the different subalternized cultures that have been present at various moments of struggle in our country.

Keywords: History Teaching; Indigenous Women; History Teaching; Decoloniality.

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre el silenciamiento de las narrativas de mujeres, negros e indígenas en Brasil en el campo historiográfico y educativo y la importancia de avanzar hacia la construcción de una historia a contrapelo (Benjamin, 1985) de las tendencias hegemónicas. La historiografía necesita incorporar las memorias y narrativas de diferentes temporalidades de los pueblos y sujetos que han sufrido el proceso de colonización, explotación y subalternización a través de la lente de los enfoques anticolonial, decolonial y poscolonial para sacar a la luz voces que no han tenido el espacio para ser escuchadas o las posibilidades de contar su historia. Estos enfoques críticos proporcionan una visión plural de la historia en la que los sujetos, al narrar sus trayectorias vitales, presentan nuevas perspectivas, porque traen consigo sus experiencias vividas y sus subjetividades, a menudo marcadas por la violencia del yugo colonial, pero también por la fuerte experiencia de quienes tienen que luchar a diario por su propia existencia y (re)existencia. En este artículo, nos centramos especialmente en la necesidad de una escucha sensible y de compartir narrativas con las mujeres indígenas para comprender las desigualdades sociales y las relaciones de poder que afectan a su forma de existir. También argumentamos que la visibilidad de sus historias puede contribuir a otras comprensiones de la dictadura militar, permitiendo una visión más plural y diversa de este período marcado por violencias de diverso tipo y traumas colectivos. Finalmente, consideramos la contribución del giro decolonial a la ampliación de visiones en el acto de enseñar y aprender sobre las diferentes culturas subalternizadas que han estado presentes en diversos momentos de lucha en nuestro país.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Mujeres Indígenas; Enseñanza de la Historia; Descolonialidad.

1. INTRODUÇÃO

“A eletricidade não vai nos dar a nossa comida. Precisamos que nossos rios fluam livremente. O nosso futuro depende disso. Nós não precisamos de sua represa.”

Tuíre Kayapó¹

Em agosto de 2024, ancestralizou a indígena Tuíre Kayapó. Assim como outras lideranças indígenas mulheres que lutam pela proteção de suas vidas e seus territórios ancestrais, Tuíre Kaiapó teve sua vida marcada pela luta em defesa do seu território. Embora os conhecimentos sobre sua luta e trajetória sejam extremamente importantes para compreendermos a história recente do Brasil, sua trajetória pouco se faz presente na narrativa histórica tradicional.

Ao pensar a historiografia que trata dos povos indígenas e afro-descendentes, ainda carecem pesquisas que ampliem as leituras do passado colonial e suas trajetórias no tempo presente, mesmo que uma nova história indígena projete o protagonismo e as narrativas das pessoas indígenas, e que muitas sejam lideranças políticas e atuem em espaços públicos na sociedade brasileira. São pessoas do tempo presente, assim como Tuíre Kayapó, a qual ficou conhecida quando participou de uma reunião na cidade de Altamira, no ano de 1989, e estando frente a frente com o engenheiro da Eletronorte, pressionou o seu facão no rosto do engenheiro, em um gesto de demonstração de força e coragem, na luta pelo território.

O ato de bravura da jovem indígena repercutiu no Brasil e no mundo, demonstrando a luta dos povos indígenas em defesa de seus territórios tradicionais². Segundo Leidiane Ramos de Azevedo, a “imagem mundialmente conhecida de mulher aguerrida e até mesmo agressiva, cultivada no imaginário popular, pode ser

¹ ANMIGAORG. Tuíre Kayapó: a mulher que desafiou as hidrelétricas. Instagram, 15 mai de 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C6_xOF7rpqH/?igsh=MTd3NXZ6YmhjaWV5YQ%3D%3D. Acesso em: 27 mai 2025.

² O ato de bravura ficou conhecido através da fotografia do jornalista Paulo Janes, que eternizou o momento de Tuíre Kayapó em luta por seu território e em defesa do meio ambiente, impedindo a construção da barragem. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/nota-de-pesar-pelo-falecimento-de-tuire-kayapo-lideranca-feminina>. Acesso em: 17.06.2025.

enxergada como mais um aspecto da agência ativada pelos sujeitos indígenas na luta por direitos” (Azevedo, 2024, p. 95-96).

Com essa breve introdução, enfatizamos que as trajetórias e as narrativas de mulheres, negros e indígenas no Brasil, ainda que invisibilizadas por uma narrativa tradicional, vêm sendo abordadas a partir de uma perspectiva crítica, como a abordagem da interculturalidade e os estudos decoloniais, os quais tem possibilitado novas perspectivas para o ensino, pesquisa e extensão em História.

Importante registrar que estas perspectivas, além de estarem presentes no debate teórico, são frutos da demanda dos movimentos sociais, que reivindicaram uma história que seja crítica e ao mesmo tempo dê visibilidade a sujeitos que fizeram e fazem a história na América Latina. Vale dizer que os movimentos sociais de mulheres, feministas, negros e indígenas reivindicam a necessidade deste destaque na narrativa histórica, pois não se trata de uma história única, de apenas um sujeito para a História. Para a historiadora Maria da Gloria Oliveira, as “interrogações que emergem na confluência de debates que, desde meados dos anos 1980, aproximam o pensamento feminista, as questões de gênero e a crítica pós-colonial” (Oliveira, 2018, p. 107) demonstram que ainda é preciso reivindicar uma história das mulheres, pois [...] as produções intelectuais femininas não se configuraram como tema privilegiado da chamada história das mulheres, nem da história intelectual, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado (Oliveira, 2018, p. 107).

Este silenciamento está sendo quebrado por normativas que determinam a obrigatoriedade do ensino, da pesquisa e da extensão de temas que relacionam a História das Mulheres, dos Negros, Africanos e Indígenas. É preciso dizer que estas legislações são frutos de movimentos sociais, que emergem durante a Ditadura Militar (1964-1985) e após o período da redemocratização, quando temos a entrada em cena destes sujeitos que antes tinham suas vozes inauditas. As legislações determinaram a obrigatoriedade para que estas Histórias pudessem ser contadas. Nesta reflexão, estamos nos referindo especialmente, às Leis 10.639 de 2003³, 11.645

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27.05.2025.

de 2008⁴ e 14.986 de 2024⁵, porque elas, além de incentivar histórias “outras”, também proporcionam uma efetiva mudança nas narrativas sobre a História da Ditadura Militar e nos pontos de vista, pois outros sujeitos entram nesse debate.

São leis que incentivam que as narrativas de mulheres, mães, pessoas negras, indígenas, as quais também reivindicaram e lutaram contra o governo autoritário no Brasil, sejam contadas e os historiadores e historiadoras tenham acesso a uma pluralidade de fontes para que todos tenham conhecimento de como sujeitos e sujeitas plurais foram ativos e ativas na luta pelo fim da ditadura militar.

Desta forma, as pesquisas, o ensino e a extensão que enfocam mulheres e homens indígenas e as pessoas negras, por exemplo, ainda são poucas, especialmente quando contada com suas próprias vozes. Assim, a História das Mulheres como a História dos Negros e Indígenas, entre as temáticas que foram consideradas como algo “silenciado, marginal e periférico nos cânones e na memória disciplinar” (Oliveira, 2018, p. 104), passam ao centro do debate e se tornam parte de uma nova historiografia possível, inclusive no tocante ao período da Ditadura Militar Brasileira. Assim, pesquisas que trazem pessoas que lutavam nas margens, nas cidades do interior do Brasil e não dos grandes centros urbanos, também puderam ser integradas a uma historiografia da Ditadura Militar Brasileira. Os trabalhos de Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior intitulado “*As Dinhas do Araguaia: protagonismo Feminino na Luta contra a Ditadura Militar*”, a tese de doutorado de Deusa Maria de Sousa intitulada “*Lágrima e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*” e a tese da professora Carla Cristina Nacke Conradi, intitulada “*Memórias do Sótão? Vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)*” bem como as publicações da professora Cristina Scheibe Wolff sobre as narrativas de mulheres guerrilheiras, entre elas o artigo “*Pedaços de Alma: emoções e gênero nos discursos da resistência*”, publicado em 2015, na Revista de Estudos Feministas, contribuem para ampliarmos e aprofundarmos o debate em torno das questões apresentadas.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27.05.2025.

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm. Acesso em: 27.05.2025.

2. Diálogos possíveis entre Ensino de História, História Pública e as perspectivas Decoloniais

A partir da década de 1980 no Brasil, período pós-ditadura militar, quando ocorre um aprofundamento do estudo da memória pela chegada de leituras que foram absorvidas pelas universidades brasileiras ligadas à renovação historiográfica, novos objetos, sujeitos e abordagens foram trazidos para as pesquisas históricas. O país, nesse período, começa o seu processo de reabertura política, embora ainda vivendo um regime de ditadura militar, surgem muitas instituições, mas também uma demanda dos movimentos sociais, preocupados com a questão da “preservação patrimonial”, dever de memória e com o fato de que era preciso que sujeitos plurais fizessem parte da narrativa histórica. Neste momento, passam a prevalecer “culturalmente, as incertezas relativas ao futuro, a crise das utopias e, ao mesmo tempo, ocorrem fortes questionamentos ao prevalecimento do Estado Nacional como produtor de uma história concebida como memória nacional, única e homogênea” (Galzerani, 2008, p. 225).

Andreas Huyssen (2000), na obra *“Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia”*, destaca que no âmbito internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), especialmente após a queda do Muro de Berlim (1989), a memória se tornou uma preocupação cultural e política central das sociedades ocidentais. Discursos de memória emergiram no Ocidente após o Holocausto, o processo de descolonização da África e Ásia e Ditaduras na América Latina. Desde a década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa, iniciaram a restauração de centros urbanos, cidades-museus e paisagens, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, o boom das modas e utensílios retrô, a automusealização através de fotografias e câmera de vídeo, a literatura memorialística, o crescimento dos romances autobiográficos, a propagação das práticas memorialísticas no campo artístico e o aumento de documentários televisivos. Um intenso desejo de

preservação, de guardar, potencializado, sobretudo, pelas novas mídias (Huyssen, 2000).

No fim do século XIX, Nietzsche já tratava das mudanças culturais dos usos políticos da memória; questionava a acumulação obsessiva da memória e o modo erudito do historicismo, cujo efeito mais problemático não consistia numa conservação do passado, mas num presente paralisado e vazio de sentido. Uma obsessão comemorativa pode prender o sujeito no passado e perder de vista o impulso para enfrentar o presente (Gagnebin, 2011). Atitude que nos lembra do anjo da história de Walter Benjamin. Também não devemos esquecer de que o

[...] o tempo não é apenas o passado, sua preservação e transmissão. Se nós estamos, de fato, sofrendo por um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com este objetivo” (Huyssen, 2000, p. 37).

As atuais culturas críticas da memória estão ligadas a processos de democratização após períodos ditatoriais, especialmente no Brasil, intensificam-se as lutas pelo direito e dever de memória (Huyssen, 2000). Nesse sentido, não é possível continuar apenas com

[...] as velhas abordagens sociológicas da memória coletiva - tal como a de Maurice Halbwachs que pressupõe formações de memórias sociais e de grupos relativamente estáveis - não são adequadas para dar conta da dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido, do esquecimento. As contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos permitem perguntar se ainda é possível, nos dias de hoje, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela. Está claro que a memória da mídia sozinha não será suficiente, a despeito de a mídia ocupar sempre maiores porções de percepção social e política do mundo” (Huyssen, 2000, p. 19).

Com o aprofundamento das contradições da modernidade capitalista, em nível global, movimentos sociais foram fundamentais para transformações significativas na forma como as minorias étnico-culturais passam a lidar com suas

memórias. Os movimentos sociais, organizados por mulheres, por trabalhadores, negros, indígenas, homossexuais etc., lutam pelos seus direitos de cidadania. Esses movimentos colocam em pauta a reivindicação por suas “memórias, como instrumento de luta e afirmação de sua identidade étnica e cultural” (Oriá, 1997, p. 129).

Isto porque muitas “minorias” sociais que compõem o povo brasileiro não são representadas, pelo contrário, são reféns da opressão social por uma parcela da elite brasileira. Para Rosanvallon (2018, p. 155) a democracia depende “da presença permanente na vida pública das realidades vividas pelos cidadãos e da lembrança de seus direitos”; o que dizer na atualidade do genocídio indígena, do marco zero, das inúmeras atrocidades em comunidades indígenas ainda no presente? O que fazer diante de um passado que não passa? Preocupa-nos o silenciamento de narrativas e vozes plurais em espaços públicos das cidades, em ambientes escolares e acadêmicos e nas mídias sociais. Neste artigo, voltamos a nossa inquietação para o silenciamento das vozes das mulheres indígenas no nosso país.

Não é novidade que, na história brasileira, lidamos com disputas de memórias, narrativas e a respeito dos conteúdos a serem ensinados na disciplina de História em seus currículos. Lidamos com o cerceamento de narrativas, o controle dos usos públicos do passado com fins políticos e elitistas, e observamos como as lembranças e esquecimentos promovem algumas vozes e silenciam outras. No cenário político de polarização, estamos vivendo de forma mais acirrada as disputas por narrativas e controle do que deve ser ensinado, viralizado, domesticado, controlado e distorcido por diferentes suportes informativos. Sem nos determos muito nesse debate, mas apenas para sinalizar o que estamos falando, lembramos do Movimento Escola Sem Partido, a Reforma Curricular do Ensino Médio com a diluição da disciplina de História do currículo, como no período de ditadura militar, a plataformização do ensino, especialmente, no estado do Paraná, a privatização de escolas públicas e a manutenção do apagamento das populações indígenas e afrodescendentes, e os problemas de gênero na Base Nacional Comum Curricular.

Dessa maneira, como refletir sobre as narrativas históricas que são invisibilizadas no ambiente escolar e nas diferentes mídias sociais que circulam por

diferentes espaços públicos, no desafio de tornar o presente compreensível no diálogo com os problemas do passado? E como esse passado pode ser lido no presente numa perspectiva plural, inclusiva, democrática e com mais justiça social? É nessa toada que buscamos contribuir para a articulação entre Ensino de História, História Pública, decolonialidade, memórias e historiografia da ditadura militar.

3. Perspectivas da e para a História Pública

Algumas acepções de história pública serão tecidas, mas sabemos dos riscos que tal caminho nos oferece, visto que ela assume diferentes sentidos e itinerários entre os historiadores e em vários países nos quais emerge como movimento de reflexão e ação. Focalizaremos o debate em torno da história pública brasileira, movimento que se intensificou a partir de 2011 no Brasil, com o surgimento da Rede Brasileira de História Pública e, principalmente, pela necessidade de colocar em diálogo o conhecimento acadêmico, escolar, movimentos sociais e das comunidades tradicionais na esfera pública; dialogar com os públicos em vários suportes informativos; acolher as experiências vividas de diferentes sujeitos para pensar questões socialmente vivas de modo a construir práticas de intervenção social.

Um dos precursores da Rede Brasileira de História Pública é o historiador-professor Ricardo Santhiago (2016), para ele, a história pública não é um campo novo com métodos, objetos e temas diversos do campo disciplinar da história, embora reconheça que alguns pesquisadores defendem essa perspectiva. Em seu entendimento, apenas estamos alargando os espaços de diálogo com os públicos, intensificando a produção de conhecimentos históricos para além dos muros universitários e realizando divulgação histórica por diferentes canais de comunicação.

No campo historiográfico, na interface com o ensino de história na contemporaneidade, pensar a história pública está ligado às questões que envolvem os usos públicos do passado, dever da memória, divulgação histórica pelas mídias digitais, produções artísticas e literárias na interface com a história, questões

socialmente vivas no presente, como as questões de gênero, de racismo, desigualdades de classe, entre outras. (Almeida; Rovai, 2011).

A história pública abriu-se ao debate sobre as relações étnico-raciais, ações afirmativas e educação antirracista. Vários projetos sobre as memórias da escravização e da liberdade dos afro-brasileiros foram colocados em ação pelas historiadoras-professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, envolvendo processos colaborativos com professores e estudantes universitários e comunidade em geral. No espaço escolar e não escolar, projetos educativos (PIBID e Residência Pedagógica) foram e estão sendo desenvolvidos com e pelos educadores da educação básica e licenciandos, tendo como mote de reflexão a educação antirracista. Tais projetos em sua maioria têm sido desenvolvidos pela via das autorias compartilhadas (Frisch, 2016).

A educação antirracista é uma das reflexões incorporadas pelo movimento da história pública brasileira, sobretudo, ligadas às demandas sociais de memória e reparação histórica dos grupos subalternizados na sociedade brasileira que vem alcançando visibilidade e representatividade no espaço acadêmico. Nesse sentido, historiadores passaram a se preocupar em construir ações e reflexões coletivas com grupos plurais nos espaços públicos para romper com a colonialidade, com a marginalização de grupos sociais não-brancos e com a interdição de saberes experienciais, populares e tradicionais na universidade (Oliveira; Candau, 2013).

No contexto nacional, num período pós-ditadura militar, temos o aumento de grupos sociais questionando e lutando por seus direitos identitários e sociais, bem como a reescrita de histórias e memórias outras, narradas por eles e não mais por outras pessoas. Nesse sentido, a história pública amplia os espaços de conversas (para além dos muros universitários) com diferentes públicos e em diferentes mídias, intensificando o debate pelas redes sociais.

Como um movimento de reflexão e ação, a história pública se coloca no diálogo interdisciplinar, construindo pontes entre diferentes saberes e o rompimento com a hierarquização do conhecimento, tendo em vista que a

produção de conhecimento histórico fora dos parâmetros científicos e fora da Academia sempre foi olhada com certo desdém e desqualificação – talvez “uma coisa menor” - acostumados que

sempre fomos a acreditar que monopolizávamos os métodos, as técnicas e a escrita da história, e uma vez que éramos mais preparados para pesquisar, registrar e analisar os acontecimentos. E, de fato, talvez sejamos, mas nunca fomos os únicos a fazer este exercício (Rovai, 2020, p. 131).

A História pública nos convida a sairmos das torres de marfim, de modo a entendermos que não somos donos do conhecimento histórico e nos colocarmos na escuta de outras narrativas, memórias e histórias que fogem do modelo colonial. Se pretendemos dialogar para além de espaços acadêmicos, é importante romper com as verticalizações históricas, enveredar por epistemologias “outras” que nos desafiem a produzir conhecimentos históricos com outras metodologias, problemáticas, sujeitos, espaços e tempos, de modo a decolonizar as mentes.

Pesquisadores decoloniais como Catherine Walsh (2008, 2009, 2013) Patrícia Maldonado Torre (2007) e Aníbal Quijano (2009) nos ajudam a entender que a colonização aconteceu e continua existindo em várias frentes, como a colonialidade do saber, do ser, do poder e da natureza. Eles nos ajudam a entender o contexto da colonização pós-independências, explicando como a colonialidade continua operando nos modos de produção capitalista, mesmo depois das independências políticas.

A perspectiva decolonial propõe outro modo de produção de conhecimento em nossas universidades, outra maneira de fazer ciência. Esse pensamento propõe, segundo a pesquisadora Catherine Walsh, a desaprender tudo que foi inculcado em nossas mentes durante a colonização e reaprender a se reconhecer enquanto sujeitos de sua própria história (Walsh, 2008).

Daí a importância de pesquisas e práticas no ensino de história que compreendam a perspectiva epistemológica decolonial como um projeto de ação, mas também pedagógico para a transformação da sociedade, onde justiça social, inclusão e a equidade sejam horizontes de expectativas. Para isso, a História Pública tem nos possibilitado a sair da academia, de suas muralhas e dialogar com diferentes públicos, de modo a produzir conhecimento colaborativamente, ou seja, construir histórias com o público que promovam um encontro entre diferentes saberes (acadêmicos, populares, experienciais, tradicionais), sujeitos e espaços.

Em nossas experiências de pesquisa no campo educacional, já temos, em

nossa trajetória acadêmica, enveredado pela perspectiva da “história com o público” e acreditamos que ela é potente à medida que não falamos sobre os sujeitos, mas com os sujeitos (públicos) (Contreras, 2002), assim, o público não é objeto de estudo, mas sujeito (Santhiago, 2016).

O historiador britânico Michael Frisch (2016) contribui para a reflexão de História Pública ao trazer o conceito de *autoridade compartilhada* no campo historiográfico. Em sua obra *A Shared Authority: Essays on the Craft and the Meaning of Oral History* (1990), o historiador defendeu a importância do conhecimento construído pela via de mão dupla, em que pesquisador e públicos são produtores de conhecimentos por meio de relações dialógicas, interativas e colaborativas. É importante destacar que ao produzir conhecimento pela via da autoridade compartilhada, temos fazeres e públicos diferentes – não em disputa, mas em encontros dialógicos. Sob esse viés, produzir conhecimento histórico envolve “interpretação e criação que são (com) partilhadas, afastando dos historiadores a ideia de autoridade exclusiva do saber” (Bauer; Borges, 2018a). Uma história pública que produza conhecimento dialogicamente deve “transcender as restrições de dicotomias como produção/consumo, historiador/plateia, pesquisa/produto” (Frisch, 2016, p. 60).

Como pesquisadoras, trabalhamos em nossas pesquisas acadêmicas e no campo do ensino de história mobilizando as memórias, especialmente aquelas que ficaram invisibilizadas durante muito tempo pela historiografia colonial, entre elas as mulheres indígenas. O filósofo Walter Benjamin tem nos ajudado nesses trabalhos por apresentar uma acepção de memória como um meio de produção de conhecimento histórico. Em suas palavras, a memória benjaminiana não é um instrumento para a exploração do passado, mas o seu meio, é onde se deu a “vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (Benjamin 1985, p. 239). A memória benjaminiana não assume apenas a dimensão da lembrança, como ato consciente, racional, intencional, mas ela é plena de esquecimento e afetividade.

Nesse sentido, o filósofo considera não apenas as memórias voluntárias, mas também as involuntárias (esquecimentos). Benjamin entende que rememorar, é

“lidar com o fantasma do esquecimento” (Galzerani, 2008, p. 20) e nos convida a rememorar, pois os mortos, os esquecidos, os que foram apagados da história são redimidos, quando alguém os traz à tona (Paim, 2005). Como método dialético de produção de conhecimento histórico e educacional, a rememoração é uma atitude de trazer à tona o outro, o diferente, o miúdo, o insignificante, os trapos, de “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (Benjamin, 1994, p. 226).

Benjamin, em suas diversas produções, nos oferece um leque de possibilidades para percebermos que o trabalho com memórias é um campo de lutas, disputas de poder e símbolos entre as correntes historiográficas. Compreender esses embates nos fornece subsídios para a luta e esperanças de mudanças no presente, em prol do empoderamento de grupos sociais subalternizados numa perspectiva decolonial. É ainda uma das possibilidades de trazer à tona aqueles que foram explorados e excluídos da história, estimulando a formação de “comunidades de ouvintes e democratizando as formas de dizer, buscando transformar uma região marcada pela herança do colonialismo, de regimes autoritários e violação de direitos, num caleidoscópio de novas formas de exercício de direitos em bases mais democráticas e humanistas” (Rovai, 2018, p. 308).

Nesse sentido, temos apostado nas memórias, na epistemologia decolonial na interface com a história pública como caminho para romper com os silenciamentos de grupos subalternizados, e, nessa reflexão, o convite é para a escuta de povos indígenas, negros e africanos.

4. Ser escuta dos povos indígenas, negros e africanos: novas perspectivas para o Ensino de História e para a História da Ditadura

Tendo em vista as fissuras propostas pela História Pública e os debates sobre as relações étnico-raciais, ações afirmativas e educação antirracista, a perspectiva deste artigo é perceber como estas aberturas também permitem novas possibilidades para o estudo da História da Ditadura Militar (1964-1985) brasileira. As

fontes documentais que possibilitaram novos debates para esse o período, como o relatório Figueiredo⁶, também descreveram violências causadas contra os povos indígenas. Importante ressaltar que o documento é resultado da investigação do órgão que deveria proteger os indígenas Brasileiros, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, o qual já sofria denúncias de irregularidades, e resultou em um escândalo, pois demonstrou as violências perpetradas contra essas populações. Assim, o relatório Figueiredo se apresenta como importante fonte para se contar a História Indígena neste período:

A imprensa nacional e internacional dá repercussão às denúncias, e a imprensa da época divulga o relatório como sendo “o escândalo” do século. O Jornal do Brasil de 28 de março de 1968 publica em seu editorial e em matéria de página inteira, texto em que narra a indignação da opinião pública e da imprensa internacional diante do conhecimento dos diversos crimes cometidos contra os índios. Estes textos mostram, ainda, a defensiva do Ministério diante da repercussão internacional. Houve manifestações pela imprensa de diversos países, aparecendo na primeira página do New York Times (EUA) e como tema em edições do Los Angeles Times (EUA), Sunday Times (Inglaterra), Neue Revue (Alemanha), L’Express e Le monde (França) e Limen (Romênia). No L’Express, a abertura da matéria Genocídio na Amazônia é falando sobre os “três meses de inquérito que acabam em um enorme escândalo”. E a Lumen, revista romena, órgão oficial dos Jornalistas da Romênia, pediu à Agência JB, “o noticiário completo sobre o inquérito-escândalo” (Guimarães, 2015, p. 51-52).

Além deste importante documento histórico, atualmente, a produção de filmes, os quais são importantes fontes midiáticas, e, ainda, a produção de fontes orais têm sido de extrema importância para contar esta História que ainda é bastante escrita a partir dos grandes centros urbanos e não das margens. Para isso, a epistemologia decolonial é uma das propostas teóricas que tem sido utilizada para provocar esta virada epistêmica, mudando o rumo da análise, que se transfere do

⁶ É importante ressaltar que este documento foi produzido para investigar as violências contra os povos indígenas, e posteriormente, “com a instauração do Ato Institucional n.5, o relatório foi ‘esquecido’ e, depois, dado como perdido, apesar da pressão internacional sobre o governo brasileiro para explicar as violências aos direitos humanos dos povos indígenas, visto que o Brasil já havia ratificado a Declaração Universal de Direitos do Homem na Organização das Nações Unidas (Guimarães, 2015, p. 53). O documento foi redescoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic em 2012, no Museu do Índio, no Rio de Janeiro (Machado; Parente; Kaigang; Fagundes, 2020, p. 133).

centro colonial para as margens do mundo. Esta mudança de paradigma possibilita a escuta de vozes até então inauditas. Giovani José da Silva (2024) propõe em seu artigo que, para além de “dar voz” ou “dar ouvidos”, é preciso que outras narrativas, como as de mulheres indígenas, sejam possíveis de serem ouvidas. Desta forma, Silva traz as narrativas da historiadora e socióloga Aymara Silvia Cusicanqui, a qual propõe como

ideia é “dar ouvidos”, escutando e registrando com eles histórias outras, sob pontos de vista diversos, para “alimentar” ações e movimentos de emancipação/libertação. Com essa atitude, Rivera Cusicanqui convida a reformulações sobre práticas e discursos descolonizadores, radicalmente diferentes do grupo M/C (Silva, 2024, p. 5).

Uma virada teórica e epistêmica é possível com um pensamento crítico, pois “além das categorias de raça/etnia e gênero, compreender os movimentos políticos de mulheres indígenas têm exigido reflexões mais aprofundadas em torno das noções de branquitude e colonialidade enquanto ideias que se inter-relacionam” (Dutra, Mayorga, 2019, p. 121). Assim, aproximar estas abordagens com epistemologias críticas possibilita trazer ao debate povos indígenas, negros e africanos para a história do tempo presente, implica refletir sobre a necessidade de uma pesquisa com estes povos e não sobre eles, em que espaços de construção coletiva traduzem, muitas vezes, as marcas da colonização violenta.

A colonização ou invasão colonial são “passados que não passam”, em que as marcas da colonização - a colonialidade - se apresenta de forma visível, resultando na invisibilidade social e a exclusão econômica e política de povos tradicionais, dos povos negros e africanos no Brasil e em outros países da América Latina. Uma investigação sobre “um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (Arend, Macedo, 2012, p. 6), relaciona as propostas e as intervenções de povos que foram invisibilizados pela narrativa tradicional da história que não refletia sobre as exclusões destes povos, mantendo os mesmos em um espaço de exclusão e invisibilidade, em espaços marginais e periféricos. Assim, ao trazermos suas narrativas para visibilidade é possível problematizar narrativas de resistência e o protagonismo na História. Por esse

motivo, a escuta de suas vozes assume um compromisso ético, pois não é a História que dá voz a estas pessoas, mas são estas vozes que necessitam de uma escuta sensível e de novas perspectivas historiográficas que possibilitem acolher as suas vozes, principalmente sobre períodos marcados por violências da nossa História.

5. Práticas antirracistas e decoloniais de pesquisa e ensino para contar a História da Ditadura

O fato de que indígenas, negros e africanos sejam ouvidos, implica impor uma posição de escuta: desta vez não serão as outras pessoas a falar por elas, mas são estas pessoas que estão à frente de suas narrativas. Para isso, é preciso problematizar duas questões: o ato de que é preciso ser escuta, e, para isso, apto de forma passiva. Não precisamos falar por estas pessoas ou interpretá-las; mas se exige uma outra postura do pesquisador e da pesquisadora: é preciso ter “ouvidos de ouvir e olhos de ver” e realizar uma escuta sensível. Esta virada epistêmica se alia às propostas da História Pública, sendo que este artigo propõe que se faça a construção das possíveis aproximações e possibilidades que se tem a partir das perspectivas críticas aqui trazidas para o debate.

Dar visibilidade às vozes de sujeitos emudecidos pela História é trazer à tona as trajetórias de lutas e os seus protagonismos, pois são batalhas travadas em defesa de seus territórios tradicionais, pelo direito à existência e (re) existência. Em relação aos indígenas, é uma luta para a manutenção do direito de permanecerem em suas terras ancestrais, a partir de sua cultura e seus saberes tradicionais, mas sobretudo, por sobrevivência, em defesa de seus corpos-territórios (Baniwa, Kaingang, Mandulão, Schwingel, 2023; Nihnig, 2024). Evidenciar este protagonismo é transformador para a historiografia que assume que as e os indígenas não são pessoas de um passado colonial, mas são pessoas do presente, e portanto, podemos nos dar conta da potência e do potencial transformador das trajetórias e experiências das meninas e mulheres indígenas. Além disso, pensar que pessoas negras e africanas devem ter suas histórias de luta contadas, e na perspectiva da História Pública, a voz

das mulheres indígenas, homens indígenas, negros e negras, africanos e africanas e a escuta sensível necessitam de uma virada, uma modificação na Historiografia e na História Ensinada, o que será trazido com as experiências das autoras deste artigo, como pesquisadoras e professoras de e com pessoas indígenas e africanas.

Refletir sobre a cultura histórica e repensar a educação histórica diante da negação de direitos e da exclusão social dos povos indígenas, negros e africanos no Brasil fez com que muitos sujeitos, ao invés de enaltecer suas culturas, vivenciassem um processo de apagamento. Buscando reverter esse processo de aculturação e apagamento, as populações indígenas da atualidade “tomam emprestado do passado os elementos da memória que necessitam para se acharem no presente e afirmarem suas identidades coletivas” (Laville, 2005, p. 20).

O fortalecimento das identidades coletivas no tempo presente se intensificou no Brasil após o período da ditadura militar e, foi no processo de redemocratização, que o resultado das lutas dos diferentes movimentos sociais brasileiros, principalmente os de negros e indígenas, tivessem seus direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Assim, mesmo que ainda a democracia no Brasil não esteja consolidada, os indígenas (formalmente ou na letra da lei) têm seus direitos garantidos, como exemplo, à vida, ao território, à história, à língua e à preservação de sua cultura. Mas se estes direitos estão conquistados, de fato não estão assegurados, e as pessoas indígenas os reivindicam em diferentes planos, assim como denunciam atualmente a necessidade de demarcação de suas terras, direitos ainda não estão efetivamente garantidos.

Como os conceitos de cultura e consciência histórica podem ser úteis para que estes temas sejam abordados na História Ensinada e para que as subjetividades e o entendimento de temas como discriminação, racismo, branquitude sejam incorporados ao debate da História? E especialmente, como estes podem ser utilizados para contar outras narrativas da História da Ditadura?

Foi sedimentado na cultura escolar (principalmente até as mudanças propostas pela Constituição Federal e as leis de 10639/2003, 11.645/2008 e a legislação que trata especificamente da História das Mulheres Lei 14.986/2024) uma mudança no entendimento de que as narrativas destes sujeitos antes invisibilizados no passado

tornem-se visíveis na contemporaneidade. As leis citadas nos permitem contar uma história de protagonismo e de visibilidade dos sujeitos, especialmente quando observamos a historiografia da ditadura, ainda notamos o predomínio de narrativas sobre pessoas brancas, vinculadas às elites brasileiras posicionadas nos grandes centros. Estas leis permitem abrir novas possibilidades e novos horizontes também para a História da Ditadura.

Para isso, entende-se a necessidade de assumir o protagonismo indígena e negro, o que é possível através dos aportes da História Pública e dos posicionamentos críticos dos estudos Decoloniais, Pós-Coloniais e dos Estudos de Gênero. Portanto, nossas práticas se dão a partir de uma historiografia engajada, construindo uma escuta sensível e narrativas que dão visibilidade às trajetórias e vozes inauditas, aliadas a correntes epistemológicas que rompem e criticam uma base curricular eurocêntrica, misógina e racista.

Nilma Lino Gomes afirma que “é preciso descolonizar os currículos”, pois “noções consolidadas pelo currículo escolar são reforçadas pelas relações de poder, pela pobreza, pela exploração capitalista, pelo racismo e pelo sistema patriarcal, e forjam subjetividades” (Gomes, 2019, p. 228).

Diante disso, como as trajetórias e vozes de mulheres indígenas Guarani e Kaiowá reunidas em assembleias nos ajudam a pensar a descolonização dos currículos? Como esta virada epistêmica é possível, nos modos de fazer ciências e nas propostas da História Ensinada? E como pretendemos fazer com que a história que pesquisamos possa ser útil para modificar não somente a História Ensinada e Aprendida, mas a realidade de meninas e mulheres indígenas?

6. Para não acabar com a conversa: possibilidades e debates possíveis

Com as inquietações apresentadas neste artigo, entendemos que é preciso que a historiografia incorpore as memórias e narrativas dos próprios sujeitos que sofreram o processo de colonização, como as populações indígenas e afrodescendentes. Assim, se apoia nos estudos indigenistas, indígenas e dos estudos

negros, estudos decoloniais e pós-coloniais para trazer à tona estas vozes que não tinham escuta, em uma narrativa que era apenas do colonizador, ou dos pioneiros. Estas perspectivas críticas proporcionam uma nova visão para a História, em que estes sujeitos, ao narrarem suas experiências e trajetórias de vida, apresentam novos olhares e perspectivas outras, pois trazem consigo suas experiências e subjetividades, marcadas pela violência do jugo colonial, mas também por uma forte experiência de quem precisa lutar diariamente pela própria existência.

Temos desenvolvido um trabalho extensionista pelo Programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pelo governo do estado do Paraná, cuja temática de reflexão é pensar em como trabalhar com os temas sensíveis em sala de aula. O projeto encontra-se em andamento neste ano e, para colocar em prática as atividades extensionistas, temos feito um trabalho em colaboração com a comunidade indígena guarani, situada no Barreiro das Frutas, na cidade de Campo Mourão. Uma das primeiras ações foi a escuta da liderança indígena da comunidade, que narrou a sua história para nós, especialmente sobre a fundação e revigoração da cultura na região. Após vários momentos de escuta por meio de entrevistas, passamos a transcrever as narrativas e estamos desenvolvendo um material didático que irá contar a história dos povos guarani na região de Campo Mourão. O trabalho está sendo pela via da autoria compartilhada, visto que a liderança indígena participa das escolhas dos personagens, do cenário e do recorte da história a ser narrada. Como essa atividade extensionista envolve também seis bolsistas de graduação de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), estamos indo ao encontro da efetivação da legislação 11.6450/08 e desenvolvendo uma prática de história pública pela via da dialogicidade, criatividade, escuta sensível e autorias compartilhadas.

Em relação às mulheres, assim como outras minorias identitárias, suas histórias e narrativas têm sido invisibilizadas ao longo da História, como já foi ressaltado, sendo que a proposta das áreas como da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e Feministas, e dos Estudos Decoloniais e Pós-coloniais é dar visibilidade a estas narrativas invisibilizadas, percebendo e ressaltando as desigualdades e as relações de poder presentes que impactam suas vivências e suas invisibilidades e/ou apagamentos históricos. Em relação à História da Ditadura, as

perspectivas destas áreas de estudos possibilitam que novas histórias sejam contadas, permitindo uma visão mais plural e diversa deste período histórico.

Como pesquisadoras do campo educacional, professoras-historiadoras atuantes em programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, temos nos aproximado do pensamento decolonial e desenvolvido pesquisas e práticas de formação de professores, privilegiando a produção de conhecimento contra-hegemônico, ou seja, com bases epistemológicas que acolhem diferentes saberes e fazeres de diferentes povos indígenas, africanos e afro-brasileiros para a construção de histórias a contrapelo (Benjamin, 1985) das tendências dominantes em períodos da história marcados por traumas coletivos e violências de várias naturezas, como na ditadura militar.

Enquanto possibilidade de ação, temos muitos desafios, especialmente para a escuta de memórias e narrativas dos povos indígenas, especialmente as mulheres que tratam das suas experiências vividas durante a ditadura militar - temática considerada sensível e/ou controversa na sala de aula, nas pesquisas e nas atividades de extensionistas. Fica uma chamada para a escuta de mulheres como Tuíre Kayapó em busca da construção de narrativas partilhadas que contribuam para o adensamento da historiografia da ditadura militar.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

AZEVEDO, Leidiane Ramos. **Protagonismo indígena e o ensino de História: Pensando A Presença Mebêngôkre-Kayapó em Redenção-PA**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ProfHistória, Universidade do Sul e Sudeste do Pará. 2024.

AREND, Sílvia Maria Favero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rosso. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201– 216, jan./jun. 2009.

BANIWA, Braulina; KAINANG, Joziléia; MANDULÃO, Giovana; SCHWINGEL, Kassiane (Org.). **Mulheres: corpos-territórios indígenas em resistência**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023, p. 7-25.

BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade. Outras memórias, outros patrimônios: desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade(org.). **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018b.p. 31-52.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. In: Obras Escolhidas, V. I, Magia e técnica, arte e política. Tradução de S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Imprensa Nacional do estado de São Paulo, 2007.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary. A.. **As Dinás do Araguaia: protagonismo feminino na luta contra a ditadura militar**. 1. ed. Salvador: Sagga editora e comunicação, 2024. v. 1. 206p.

CONTRERAS, J. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **"Memórias do sótão": vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Tese. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Uma reflexão sobre práticas e discursos decolonizadores**. - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2010. 80 p. (Sociología de la Imagen. Una visión desde la historia colonial andina; Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores).

DUTRA, J. C. O., MAYORGA, C. Mulheres indígenas em movimentos: Possíveis articulações entre gênero e política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39 (n. esp.), 113-129, 2019.

FRISCH, Michael. A História não é uma via de mão única ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil - Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, tempo e história: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em ensino de história. In: **Cadernos CEOM**, n.28. Chapecó-SC: Unochapecó, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 2 ed., p.223-246.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAVILLE, Christian. Em Educação Histórica, a memória não vale a razão! **Educação em Revista**, n.41 Belo Horizonte jun. 2005, p. 13-41.

MACHADO, Juliana Salles; PARENTE, Isabele Soares; KAINANG, Jozileia Daniza; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez. Mulheres indígenas, Mulheres de luta: Terra, Educação e Resistência. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)** Curitiba: Appris, 2020, p. 131-150.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e decolonialidade. In B. De S. Santos & M. P. Meneses (Org.), **Epistemologias do Sul**, p. 337-382. Coimbra: Almedina, 2009.

NICHNIG, Claudia Regina. **Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kunangeu Aty Guasu: em luta contra as violências de gênero**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, UDESC, 2024.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine (Org.) **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013, p. 273-303.

OLIVEIRA, Maria da Gloria. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *Hist. Historiogr.*, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe. O saber história em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997, p. 128-148.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra -Portugal: Almedina, 2009, p. 74-117.

ROSANVALLON, Pierre. A democracia do século XXI. Nueva Sociedad (especial em português), p. 149-163, julho de 2018.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Lívia Nascimento. **História das mulheres e História pública**: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. Revista História em Reflexão - Revista Eletrônica, v. 14, p. 206-230, 2020.

SILVA, Giovani José da. “Dar voz” ou “dar ouvidos” aos subalternizados? O “Sul Global” em perspectiva na obra de Silvia Rivera Cusicanqui. **Tempo e Argumento**, v. 16 n. 43 (2024), p. 1-26.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. História Pública no Brasil. **Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, M. S. M.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-53.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad**: las insurgências político-epistémicas de refundar el Estado. Tábula Rasa. Bogotá - Colômbia, n.9: p. 131-152, julio-diciembre 2008.

Artigo recebido em: 28/05/2025

Aprovado para publicação em: 18/06/2025